

RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 17.934.684-2, concede LO - Licença de Operação nas condições e restrições abaixo especificadas.

| 1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR | | | |
|---------------------------------------|---|--|-------------------|
| CPF/CNPJ 75.095.679/0001-49 | Nome/Razão Social UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR PALOTINA | | |
| RG/Inscrição Estadual --- | Logradouro e Número Rua Pioneiro, 2153 | | |
| Bairro --- | Município / UF Palotina/PR | | CEP 85.950-000 |

| 2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO | | | |
|---|---|-------------------------------|-------------------|
| Atividade Laboratórios de análises ambientais | | | Porte Pequeno |
| Atividade Específica Laboratório de análises físico-químicas | | | |
| Detalhes da Atividade --- | | | |
| Coordenadas UTM (E-N) 677878.6 - 7184223.2 | Logradouro e Número Avenida Coronel Francisco Heráclito dos Santos, S/N, Usinas Piloto Bloco A e B | | |
| Bacia Hidrográfica Iguaçu | Bairro Jardim das Américas | Município / UF Curitiba/PR | CEP 81.531-980 |

| 3. CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO | | | | | |
|---|-------------------------|------------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|
| 3.2 ÁGUA UTILIZADA | | | | | |
| Origem Água | Tipo de Uso | Volume (m³/hora) | Nº Outorga | Coordenadas UTM (E-N) | |
| Rede Pública | Humano e Empreendimento | 0,50 | -- | --- | |
| 3.3 EFLUENTES LÍQUIDOS | | | | | |
| Origem Efluente | Forma Tratamento | Destino Final | Vazão (m³/hora) | Nº Outorga | Coordenadas UTM (E-N) |
| Efluentes gerados de análises laboratoriais | ETE-P | Rede Pública | 0,50 | -- | --- |

Obs.: As informações das sessões 1, 2 e 3 são de responsabilidade do requerente.

| 4. CONDICIONANTES |
|---|
| 1. A presente Licença foi emitida de acordo com o que estabelecem os Artigos 8º, Inciso III da Resolução Nº 237/97 - CONAMA, e 3º, Inciso VII da Resolução Nº 107/2020 - CEMA, 09 de Setembro de 2020, e autoriza a operação propriamente dita do empreendimento e atividade, devendo ser observados rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados, bem como outros eventuais, constantes de fases anteriores do licenciamento ambiental. |
| 2. As ampliações ou alterações na atividade ora licenciada, de conformidade com o estabelecido na Resolução CEMA n.º 107/2020 ensejará novo licenciamento para a parte ampliada ou alterada. |
| 3. Os resíduos gerados e relacionados à atividade desenvolvida, com a finalidade de evitar danos ambientais, devem ser convenientemente armazenados no próprio local e encaminhados a terceiros para destinação final adequada, em empreendimentos e atividades devidamente licenciados para a realização dos referidos serviços de acordo com o Programa de reciclagem da UFPR, e em conformidade com as Portarias 224/07, 202/16 e 212/19 do IAP e |
| 4. Os efluentes líquidos gerados deverão ser encaminhados para a ETE própria, com reaproveitamento no próprio local e/ou encaminhados para terceiros para tratamento e/ou destinação final adequada, conforme documentos específico constantes do presente processo administrativo, ou após tratamento, descarte na rede coletora pública da SANEPAR. |
| 5. Outros resíduos líquidos eventualmente gerados, em outras operações e atividades diversas levadas a efeito pela licenciada, de forma permanente ou sazonal no local, deverão ser objetos de procedimentos idênticos aos acima descritos, a serem conferidos aos resíduos sólidos. |
| 6. Produtos líquidos, deverão ser estocados de forma apropriada, em locais que possuam dispositivos de bloqueio apropriados, para que em casos de vazamentos, não venha a ocorrer poluição ambiental. |
| 7. Os esgotos sanitários, anteriormente ao seu descarte, deverão ser encaminhados para tratamento adequado, salvo na situação em que o seu lançamento venha a ser efetuado em rede coletora pública da SANEPAR. É proibido o lançamento de esgotos sanitários e de quaisquer outros resíduos líquidos em galerias de águas pluviais. |
| 8. Caso esteja prevista a captação de água subterrânea e/ou água superficial deverá ser apresentada Outorga de Direito, e mantê-la atualizada, conforme legislações ambientais vigentes. |
| 9. Os níveis de pressão sonora (ruídos), decorrentes da atividade que será desenvolvida no local, deverão estar de conformidade com aqueles preconizados pela Resolução CONAMA Nº 001/90. |
| 10. Eventuais emissões gasosas, de materiais particulados e odores decorrentes da referida atividade, deverão estar em conformidade com o que preconizam a Lei Estadual Nº 13.806/02 e a Resolução Nº 016/2014 da SEMA-PR. |
| 11. Fica proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material, exceto nos casos definidos no artigo 15 da Resolução SEMA nº016/14. |
| 12. Quaisquer operações e/ou equipamentos que envolvam a utilização de produtos líquidos poluentes, tais como combustíveis em geral, óleo lubrificante, hidráulico, de corte, produtos químicos em geral e outros eventuais, quaisquer sejam, deverão ser dotados de dispositivos de contenção adequados, instalados nos locais onde a referidas operações forem realizadas e/ou onde os mencionados equipamentos estiverem instalados, para que em casos de vazamentos, estes líquidos permaneçam confinados nos respectivos locais. |
| 13. Tancagens eventualmente existentes, destinadas ao armazenamento de combustíveis, matérias primas, produtos e/ou resíduos líquidos e semi-sólidos, deverão estar de conformidade com as respectivas NBRs e dotadas das respectivas bacias de contenção, cujos dispositivos de drenagem deverão permanecer sempre fechados. |
| 14. No caso da existência de áreas de preservação permanente no local, deverá ser rigorosamente observado o que estabelecem sobre a matéria a Legislação vigente. |
| 15. Com relação ao dimensionamento do sistema de drenagem e/ou projetos de melhoria fica sugerido o aproveitamento e reuso de águas da chuva de acordo com requisitos estabelecidos pela Norma NBR 15.527, tendo em vista as classes de reuso estabelecidas na Norma NBR 13.969, bem como o projeto de concepção estabelecido pelas Normas: NBR 5626 e NBR 10.844. |
| 16. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais. |
| 17. A renovação da presente licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando este prazo de validade automaticamente prorrogado até a manifestação do Instituto Água e Terra. |

21. Esta Licença foi concedida com base nas informações constantes de Cadastro específico apresentado pela requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões de qualquer natureza a que, eventualmente esteja sujeita, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

| | |
|---|---|
| <p>Curitiba, 01 de Setembro de 2021</p> | <p>Assinatura do Representante</p> |
| <p>Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO, tem a validade acima mencionada, devendo em sua renovação ser solicitada ao Instituto Água e Terra com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo Instituto Água e Terra. Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível.</p> | <div style="text-align: center; margin-top: 150px;"> <hr style="width: 100%;"/> <p>LUIZ FORNAZZARI NETO</p> <p>Escritório Regional de Curitiba</p> </div> |